

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e vinte e três, reuniu, por videoconferência, o júri do procedimento concursal para o preenchimento de 5 postos de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), designado pelo Despacho da Diretora-Geral da DGAEP, de 06 de dezembro de 2022, exarado na Informação n.º 144/DGRI/DGAEP/2022, com vista à realização de procedimento concursal comum, na sequência do Despacho autorizador n.º 602/2022/SEO, de 18 de novembro, precedido do despacho da Secretária de Estado da Administração Pública, de 21 de setembro de 2022.

Do júri designado estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente: Patrícia Alexandra Martins Ramos, Técnica Superior do Departamento de Estruturas Orgânicas e de Recrutamento;

1.º Vogal efetivo: Nuno João Gonçalves de Jesus, Técnico Superior do Departamento de Estruturas Orgânicas e de Recrutamento e que substitui o presidente nas suas ausências e impedimentos;

1.º Vogal suplente: Ana Maria Ribas Gomes Coelho, Técnica Superior do Departamento de Estruturas Orgânicas e de Recrutamento

2.º Vogal suplente: Carla Susana Nogueira Estanislau Pereira, Técnica Superior do Departamento de Gestão dos Recursos Internos.

A reunião teve por objeto a análise da bibliografia de suporte à realização da Prova de Conhecimentos constante do Anexo II à Ata n.º 1.

Assim, considerando os elementos constantes do referido Anexo, foram identificados os seguintes lapsos de escrita:

1. Na al. b) da bibliografia de suporte, onde se lê “[Capítulos 3, 4, 5]”, deverá ler-se “[Capítulos 3, 4, 5, 6 e 11]”;
2. Na al. c) da bibliografia de suporte, onde se lê “(2014)”, deverá ler-se “(2013)”;
3. Na al. d) da bibliografia de suporte, onde se lê “(2015)”, deverá ler-se “(2006)”.

Face aos lapsos detetados, deliberou o júri, por unanimidade, retificar a bibliografia constante do Anexo II da Ata n.º 1, republicando-a em anexo à presente e tendo em conta a retificação já efetuada na Ata n.º 2 do procedimento, disponibilizando esta informação aos interessados, através de notificação eletrónica e de publicação na plataforma dedicada ao procedimento concursal, nos termos do artigo 174.º do Código do

Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e considerada conforme, é assinada e rubricada pelos presentes.

Presidente

(Patrícia Alexandra Martins Ramos)

1.º Vogal efetivo

(Nuno João Gonçalves de Jesus)

1.ª Vogal suplente

(Ana Maria Ribas Gomes Coelho)

2.ª Vogal suplente

(Carla Susana Nogueira Estanislau Pereira)

Anexo I

Bibliografia de suporte à realização da Prova de Conhecimentos

A bibliografia de suporte para a parte teórica será a seguinte:

- a) Amaral, D. (2020). Curso de Direito Administrativo. Vol. I. 4.ª Edição. Lisboa: Almedina. [Parte I];
- b) Cabral Cardoso, C., Cunha, M.P., Cunha, R.C., Marques, C., Rego, A. (2015). Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano. 3.ª Edição, Edições Silabo, Lisboa. [Capítulos 3, 4, 5, 6 e 11];
- c) Camara, P.B., Guerra, P.B., Rodrigues, V. (2013). Humanator XXI: recursos humanos e sucesso empresarial. 6.ª Edição atualizada. Publicações D. Quixote, Lisboa. [Capítulos 7 e 10];
- d) Ceitil, M. (2006). Gestão e Desenvolvimento de Competências. 1.ª Edição, Edições Silabo, Lisboa. [Capítulos 1, 2, 7 e 8].

Legislação:

- a) Constituição da República Portuguesa, aprovada pelo Decreto de 10 de abril de 1976, na sua redação atual [Título IX];
- b) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual [Artigos 28.º a 51.º; 56.º a 69.º; 79.º a 88.º];
- c) Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual. [Parte I; Parte II - Capítulos I e II; Parte III: Título I - Capítulo I, Capítulo II (Secção III), Capítulo IV, Capítulo V e Título II - Capítulo II (Secção II e Secção IV); Parte IV - Capítulo II];
- d) Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual;
- e) Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro;
- f) Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro;
- g) Regime da Valorização Profissional dos Trabalhadores com Vínculo de Emprego Público, aprovado em anexo à Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, na sua redação atual;
- h) Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro;
- i) Decreto-Lei 89-F/98, de 13 de abril;
- j) Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril;
- k) Princípios éticos da Administração Pública, disponível em <https://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=9BB1D4D0-0607-4588-BCAD-894DBC499AFF&MEN=i>
- l) Decreto Regulamentar n.º 27/2012, de 29 de fevereiro;
- m) Decreto-Lei n.º 19/2021, de 15 de março.